

Fazendo o caminho ao andar – Verdade, poder e subjetivação em Michel Foucault

*Paving the road while walking – Truth, power,
and subjectivation in Michel Foucault*

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Psicóloga e professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nessa universidade, está ligada aos cursos de graduação em Psicologia e de pós-graduação (mestrado e doutorado) do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Contato: helianaconde@uol.com.br

RESUMO:

Situado no prolongamento de pesquisas anteriores dedicadas a Michel Foucault no Brasil, o presente artigo, baseado em projeto de investigação em andamento, volta-se para dois aspectos do pensamento do filósofo diagnosticados como insuficientemente explorados pelos estudiosos brasileiros e internacionais: (1) o “caminho feito ao andar”, como sugere o poema de Antonio Machado, ou seja, as considerações metodológicas sempre presentes (e sempre mutantes) nos livros e cursos de Foucault datados das décadas de 1970 e 1980; (2) as relações existentes entre as inflexões experimentadas, no mesmo período, pelas análises foucaultianas dos saberes, poderes e modos de subjetivação, e a diversidade das práticas militantes em que o filósofo esteve então envolvido — relativas à medicina moderna, à psiquiatria, às prisões, à sexualidade, aos imigrantes e exilados, aos direitos dos governados, aos movimentos de libertação em diferentes países etc. Como resultado da investigação proposta, exemplificada no artigo mediante um exercício-piloto, divisamos uma apreciação do pensamento de Michel Foucault que não separe teoria e método, tampouco filosofia e vida, e que, nesse sentido, contribua para que tal pensamento se constitua efetivamente em um equipamento ético-político para ações de caráter libertário no presente. Palavras-chave: Foucault; métodos; militância; filosofia; vida.

ABSTRACT:

This article, based on an ongoing research project, focuses on two aspects of the philosopher's thinking diagnosed as insufficiently exploited by Brazilian and international scholars: (1) the “way constructed by walking” as suggested by Antonio Machado's poem, that is, the methodological considerations that are always present (and always mutant) in Foucault's books and courses dating from the 1970s and 1980s; (2) the existing relations between the inflections experienced in the same period by Foucauldian analyzes of the knowledges, powers and modes of subjectivation, and the diversity of the militant practices in which the philosopher was then involved – concerning modern medicine, psychiatry, prisons, sexuality, immigrants and exiles,

the rights of the governed, liberation movements in different countries, etc. As a result of the proposed research, exemplified in the article by means of a pilot exercise, we see an appreciation of Michel Foucault's thought that does not separate theory and method, nor philosophy and life, and that, in this sense, contributes to an ethical-political apparatus for actions of a libertarian character in the present.

Keywords: Foucault; methods; militancy; philosophy; life.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (2018). Fazendo o caminho ao andar – Verdade, poder e subjetivação em Michel Foucault. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 21, mai-ago, pp. 02-16.

Recebido em 22 de maio de 2018. Confirmado para publicação em 23 de julho de 2018.

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
(Antonio Machado)*

Introdução

O presente texto, relativo a uma pesquisa em andamento, por um lado prolonga os estudos que vimos desenvolvendo, há alguns anos, sobre o pensamento de Michel Foucault. Por outro, promove uma inflexão nesse percurso: as relações do filósofo com o Brasil nele não são tão enfatizadas como nos empreendimentos anteriores, embora não sejam totalmente alheias à problematização que o define.

Senão, vejamos. Há muito viemos experimentando uma espécie de encantamento com determinados momentos, presentes em livros e principalmente em cursos, nos quais Michel Foucault discute seus procedimentos de pesquisa. Tal circunstância teve início, provavelmente, quando da leitura atenta, há muito tempo, de *A arqueologia do saber* — várias vezes reeditada, por sinal. Não mais me recordo quem disse ser esse livro uma “máquina infernal”, mas estou em total acordo com a afirmação. E ela ganhou novo sentido quando descobri, da pena de Marcel Granet, a seguinte consideração: “O método é o caminho depois de percorrido” (apud Eribon, 1996: 144). Sim, aparentemente é assim, pois o trabalho foucaultiano de 1969 volta-se para o passado, pondo em

cena, a cada momento, o percurso realizado nas pesquisas que resultaram em *História da Loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). Mas talvez não seja estritamente, exatamente assim, pois *A arqueologia do saber* também possui sua potência singular e nos lança em empreitadas teórico-metodológicas até então insuspeitadas. Seria, pois o método, em Foucault, apenas o caminho já percorrido?

O encantamento com o traçado de caminhos em/por Foucault só se fez acentuar à medida que conhecíamos mais amplamente suas produções, os cursos no *Collège de France* em destaque. Ousando manejar uma expressão que se tornou quase um clichê, à medida que líamos, com variados intuitos em mente, obras e aulas, nossa “caixa de ferramentas” (Foucault e Deleuze, 1979) ia ganhando mais e mais peças: “profecia retrospectiva”, “pessimismo hiperativo”, “acontecimentalização”, “imperativo condicional”, “desmultiplicação causal”, “anarqueologia”, “contraste epistemologia/aleturgia” etc. Isso nos levava, eventualmente, a querer interromper o que estávamos investigando para deter-nos em certo capítulo (de tal livro) e/ou em certa aula (de tal curso), nos quais, como acabou por ser reconhecido no título do presente artigo, víamos Foucault menos retomando o já feito do que, como no verso do poeta espanhol Antonio Machado, ‘fazendo o caminho ao andar’.

Prosseguíamos, no entanto, no agitado percurso ligado ao estudo das relações entre o filósofo e o Brasil, seja em corpo, presença e pensamento, seja na vinculação a campos disciplinares diversos, seja nos nexos estabelecidos com nosso próprio campo, o ‘psi’ — projetos de pesquisa em que mais ou menos recentemente nos envolvemos na universidade. Não o lamentamos: tanto porque tal percurso constituiu empreitada frutífera — prazer de acompanhar o andarilho Foucault pelas cidades e disciplinas brasileiras, e de poder eventualmente escrever sobre isso —, como porque, ao longo do mesmo, descobrimos novas razões para a investigação em curso, que aqui apresentamos brevemente. Vejamos as principais dentre elas.

Usos e desusos

Embora o nome de Michel Foucault esteja associado, quer no panorama internacional quer no brasileiro, a reflexões em variados âmbitos — saúde, saúde mental, educação, políticas públicas, justiça, movimentos sociais, cinema, literatura e artes etc. —, é ainda raro que suas propostas passíveis de serem apelidadas ‘metodológicas’ recebam, entre nós, atenção mais singular¹, isto é, que vá além de afirmações unicamente declaratórias de princípios abstratos: crítica do transcendental, desnaturalização de realidades, desmonte de essencialismos etc.

Quanto a isso, cumpre frisar que não há livro ou curso em que Michel Foucault não dedique capítulo(s) ou aula(s), respectivamente, a seus procedimentos investigativos. É claro que nem por isso o filósofo se tornou um “metodólogo” — termo que sintetiza a acurada crítica dirigida pelo sociólogo Howard Becker a certa figura científico-profissional sempre disposta a ordenar, do alto de uma posição presumidamente soberana, os procedimentos a serem obedientemente seguidos por seus pares-súditos (Becker, 1994); mas, justamente por isso, os que costumam dizer-se foucaultianos poderiam estar mais atentos àquilo que Foucault efetivamente praticou em suas pesquisas, dado que tais práticas são inseparáveis do que se costuma designar, um tanto distraidamente, como seu “pensamento”, e visto que ele sempre foi extremamente generoso na partilha dessas práticas, conquanto sem pretender dotá-las de qualquer caráter prescritivo.

Retomando por um instante aquilo que antes designamos como ‘encantamento’, diríamos que este se intensificou, a ponto de não mais permitir adiamentos, quando, em função dos acasos cotidianos — a participação em um colóquio sobre “insurreições”, no caso —, nossa atenção se voltou para um espaço-tempo considerado parte da “militância”

¹ Têm proliferado publicações francesas voltadas para os *usos de Foucault* nas ciências humanas e sociais. Recebam ou não explicitamente tal título, essas obras, em forma de coletâneas (Bert e Lamy, 2014; Oulc’hen, 2014; Boquet, Dufal e Labey, 2013), também apontam, evidentemente, para desusos.

de Foucault e, por isso mesmo, ainda menos explorado em perspectiva metodológica do que aqueles ditos acadêmicos: referimo-nos ao Grupo de Informação sobre as Prisões. Ao contrário do que poderia parecer aos que aprioristicamente separam teoria (filosofia) e vida (política), as pesquisas e ações do GIP foram sempre acompanhadas de uma discussão metodológica bastante minuciosa.

A contracapa da primeira brochura de autoria do grupo (*Intolérable* nr. 1, *Pesquisa sobre 20 prisões*), datada de maio de 1971, afirma: “São intoleráveis: os tribunais, os policiais, os hospitais, os asilos, as escolas, o serviço militar, a imprensa, a TV, o Estado e principalmente as prisões” (GIP, 2013). O miolo da publicação acrescenta à lista de intoleráveis a medicina do trabalho e as universidades. E após associar as então batizadas “pesquisas-intolerância” àquelas realizadas, acerca da condição operária, pelos próprios operários no século XIX, o texto as caracteriza mediante quatro pontos, jamais abandonados pelo GIP e que poderiam (deveriam?), a nosso ver, constituir o conteúdo imprescindível da primeira aula de Metodologia de Pesquisa em todos os cursos universitários de Ciências Humanas e Sociais, a Psicologia incluída. Vejamos rapidamente tais pontos.

Primeiro: as pesquisas-intolerância não se destinam à atenuação de um poder mediante melhorias organizacionais, mas a atacar tal poder onde ele se exerce sob outros nomes (justiça, técnica, saber, objetividade) — cada investigação do GIP é uma *ação direta*. Segundo: as pesquisas-intolerância visam alvos precisos, instituições com nome e lugar, gestores, responsáveis, dirigentes — elas são o primeiro episódio de *uma luta*, eventualmente prolongada. Terceiro: as pesquisas-intolerância agrupam camadas sociais que o jogo das hierarquias e dos interesses econômicos procura manter separadas, pois buscam derrubar as barreiras, por exemplo, entre prisioneiros, advogados e magistrados — cada pesquisa constitui um *front* de ataque. Quarto: as pesquisas-intolerância não são feitas

a partir do exterior por um grupo de técnicos, mas pelos próprios pesquisados — cabe-lhes tomar a palavra, dizer o que é intolerável e *não mais o tolerar*.

Nem a primeira brochura nem qualquer das outras três publicadas pelo GIP se confunde com um relatório de pesquisa — melhor dizendo, com um relatório de “pesquisa-curiosidade”, como a sociológica ou psicossociológica, por exemplo. Não há “coleta de dados”, pois estes (que, por sinal, nunca são “dados”) não emergem somente depois do processo, no escrito do pesquisador, mas surgem (ou se insurgem) no próprio ato, aliás não-oficial, de fazer entrar questionários nas prisões, com todo o risco implicado nessa indocilidade². Impressiona o caráter ativo-processual-conflitual das investigações desenvolvidas pelo grupo — inspiradas, vale lembrar, naquela projetada por Marx sobre a condição operária —, a ponto de nos levar a indagar se práticas como essas são ainda possíveis (ou mesmo pensáveis) dentro do quadro ético (ou seria moral?) hoje proposto para as pesquisas que envolvem seres humanos, cuja discussão, embora eventualmente áspera, parece limitada à maneira de formar os comitês competentes para autorizar esta ou aquela iniciativa, sempre contornando eventuais “riscos”. E impressiona tanto ou mais que contribuições foucaultianas como essa — hoje acessíveis via *Dits et Écrits* (Foucault, 1994) e/ou obras de caráter documental — sejam ativamente ignoradas por muitos dos pesquisadores brasileiros e/ou internacionais.

Nessa linha de análise, parece propício apontar, em primeiro lugar, para a codificação que Michel Foucault fará, em 1976, no curso *Em defesa da sociedade*, das investigações levadas a efeito pelo GIP, associando o “documento nunca lido” — uma “erudição inútil”, blocos históricos de saber a cargo do acadêmico ou universitário — ao “saber

² Para a documentação relativa ao GIP, ver Artières, Quéro e Zancarini-Fournel (2003).

das pessoas” — saberes locais, desqualificados pelas hierarquias de cunho cientificista, incapazes de unanimidade (Foucault, 1999). Quando o filósofo chama esse acoplamento de *genealogia*, divisamos um saber histórico das lutas; melhor dizendo, assomam no horizonte contemporâneo saberes clandestinos, arriscados, desacomodados, capazes talvez de nos desprender de pesquisas e universidades que eventualmente (sempre?) se querem “sem partido”. Em segundo lugar, é necessário enfatizar que tal *genealogia*, no caso de *Vigiar e punir* (1975) — como afirma nesse livro o próprio Michel Foucault —, brotou menos de empoeirados arquivos contendo documentos nunca lidos que da participação do filósofo nas lutas políticas envolvendo prisioneiros, aptas a favorecer a elaboração de uma analítica do *poder disciplinar* **não apenas por estarem os detentos submetidos a tal poder como, principalmente, por eles colocarem em prática uma resistência ao mesmo.** Com Foucault, portanto, jamais é necessário aguardar o futuro para avaliar uma eventual “aplicação” de doutrina, eventualmente “comprobatória” de teorias sábias. Não é preciso, tampouco, “preparar” essa “aplicação”, já que as resistências ou contracondutas são imanentes à teorização por ele elaborada e não consequências tardias da mesma.

Acreditamos que o até agora exposto tenha sido capaz de justificar o primeiro objetivo de nosso atual projeto de pesquisa na universidade, explicitado no presente artigo, qual seja: acompanhar os livros e cursos de Michel Foucault datados das décadas de 1970 e 1980, a fim de apreender/analisar os capítulos e/ou aulas, respectivamente, em que o filósofo esboça rumos, passíveis de serem ditos ‘metodológicos’, para seu próprio percurso. A referência ao GIP, contudo, já delinea as razões de um segundo objetivo, pois faculta hipotetizar que existam conexões entre livros e cursos de Michel Foucault datados dos anos 1970 e 1980 e as atividades políticas em que o filósofo se envolveu no mesmo período — conexões em uma direção e/ou outra, isto é, tanto das lutas políticas

em direção à teoria como o oposto. Esta vertente de pesquisa, bastante rara³ — a maioria dos comentadores e, eventualmente, até mesmo o próprio Michel Foucault geralmente mantêm limites infranqueáveis entre a política e as teorizações —, tem sido posta em ação pelo pesquisador brasileiro, radicado nos Estados Unidos, Marcelo Hoffman, motivo pelo qual apresentaremos sucintamente, a seguir, passagens de seu último livro (Hoffman, 2015).

Filosofia e vida, militância e método

Para Hoffman (2015), a singularidade de seu próprio trabalho sobre *Foucault e o poder* — tema tão explorado que poderia soar redundante — **não reside** na apreciação dos cursos do filósofo, embora essa característica nele esteja efetivamente presente e seja ainda relativamente rara em estudos estadunidenses, mas “em uma exploração meticulosa das relações entre a vida política de Foucault e o desenvolvimento de seu pensamento do início dos anos 1970 aos anos 80” (2015: 2). Por mais que Foucault tenha experimentado uma “vida militante”, qual a dos filósofos cínicos por ele focalizados no curso *A coragem da verdade*, de 1984 (Foucault, 2011a), aspectos como sua breve vinculação ao Partido Comunista Francês e a ruptura com o mesmo devido às mentiras do stalinismo; a estada na Tunísia com envolvimento na sustentação aos estudantes, muitos deles presos por longos períodos devido a manifestações contrárias ao governo de Habib Bourguiba; a criação do GIP e a intensa participação nas atividades cotidianas do grupo, cuja sede era seu apartamento; o apoio a inquéritos extra-oficiais em resposta às violências contra a imprensa (Caso Jaubert) e/ou a práticas racistas dirigidas contra imigrantes árabes (Caso Djellali Ben Ali); a ida a Madri em 1975, integrando uma comissão de intelectuais, para protestar contra a condenação ao garrote de vários militantes antifrancistas; a participação, no Brasil, nos atos

³ Destacamos, como interessante e desejável exceção brasileira, Vieira (2015).

de protesto contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI; o envolvimento nas manifestações em favor da concessão de asilo político, pelo governo francês, a Klaus Croissant, advogado do grupo alemão (dito terrorista) Baader-Meinhof; as viagens ao Irã para noticiar, por encomenda do jornal italiano *Corriere della Sera*, a revolução naquele país, que derrubou a longa ditadura do xá Reza Pahlevi; o enfrentamento com o então recém-eleito (1981) governo socialista francês, quando este considerou “assunto interno” à Polônia o golpe de Estado ocorrido nesse país, seguido da adesão a uma caravana que se dirigiu a Varsóvia levando recursos para o sindicato Solidariedade etc., parecem fadados a aparecer somente em trabalhos de cunho biográfico e a serem considerados, por inúmeros estudiosos, meras idiosincrasias esquerdistas.

Quando, mais remota ou mais recentemente, alguns comentadores concederam em abordá-las, isso geralmente redundou, segundo Hoffman (2015: 5), em enfoques redutores, tais como: opção de Foucault por engajar-se na tradição, contra a modernidade; tendência de Foucault a defender o liberalismo após o fracasso da revolução iraniana, que assumiu vertente totalitária; crítica de Foucault aos fóbicos do Estado, que alegaram, na época da extradição de Klaus Croissant, ser a Alemanha um estado fascista, dizendo-a, ao contrário, um estado neoliberal, e optando menos pela crítica que pela análise do nascimento da biopolítica etc. Para Hoffman (2015: 5-7), por vários motivos, há desequilíbrio nessas análises: elas em geral privilegiam um determinado engajamento político de Foucault em detrimento dos demais (nos Estados Unidos, por exemplo, há muita coisa escrita sobre o Irã e pouquíssima sobre a Polônia, o que redundava na impressão de que o filósofo teria se afastado da atividade política a partir do fim da década de 1970); elas fazem de Foucault uma espécie de profeta contemporâneo, e o criticam por isso, ao passo que ele sempre preferiu os “imperativos condicionais” (“se você quer lutar, então...”) às teorias que tudo explicam e, conseqüentemente,

tudo pretendem governar (motivo de sua crítica à hipermarxização da política); elas omitem o engajamento físico de Foucault nas lutas que abraçou, capaz de ferir-lhe o corpo (costela quebrada em manifestações contra a extradição de Croissant, por exemplo), de levá-lo aos tribunais ou mesmo, eventualmente, a um breve tempo de prisão etc.

Sendo assim, o livro de Hoffman (2015) se propõe a iniciar um novo tipo de abordagem das relações entre vida militante e vida intelectual, voltada a ultrapassar as limitações preexistentes por tentar responder à seguinte pergunta: “Que diferença, se é que existe, os engajamentos políticos de Foucault fizeram no desenvolvimento de seu pensamento sobre o poder e, por outro lado, que diferença, se é que existe, suas análises sobre o poder fizeram no seu engajamento político?” (2015: 6). Esse objetivo será perseguido pelo autor mediante duas direções principais: o enfoque dos três engajamentos mais intensos e duradouros de Foucault, ou seja, o GIP, a Revolução Iraniana e o apoio ao sindicato Solidariedade; a correlação entre tais engajamentos e as concepções de poder formuladas por Foucault ao longo de uma década e meia.

Uma experimentação

Em nosso próprio projeto, em andamento, partimos das análises já iniciadas por Hoffman (2014: 8), que, em síntese, assim podem ser caracterizadas: (1) as ações de Foucault no GIP são condicionantes da formulação do *modelo bélico* do poder, da noção de *poder disciplinar* e da análise da constituição da *individualidade disciplinar*; (2) o apoio de Foucault às lutas de libertação da Polônia e ao sindicato Solidariedade, com o conseqüente conflito com o governo socialista francês, impulsionaram a inflexão de suas análises em direção à *parresía* como forma de dizer-verdadeiro intimamente ligada às relações de poder e aos riscos que estas implicam; (3) a distinção entre povo e população estabelecida por Foucault em suas abordagens da biopolítica e da governamentalidade

liberal — presentes primordialmente nos cursos *Segurança, território, população* (1978) (Foucault, 2008a) e *Nascimento da biopolítica* (1979) (Foucault, 2008b), mas extensíveis a outros cursos e conferências da década de 1970 — deu um determinado contorno, nem sempre bem aceito ou minimamente compreendido, a seu engajamento com a revolução iraniana. Como é fácil perceber, as duas primeiras análises se fazem na direção política-teorização, ao passo que a última, na direção teorização-política, embora escape, vale frisar, de mera “aplicação” de conceitos.

Na qualidade de experimentação ou exercício-piloto de nossa parte, aproximemo-nos do curso de 1980, *Do governo dos vivos*. Ele se situa, cronologicamente, no meio daquele tão comentado período de oito anos que separa o primeiro (*A vontade de saber*) do segundo e terceiro volumes de *História da Sexualidade* (*O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*). Muitos estudiosos viram nesse grande intervalo uma crise de Michel Foucault. Até mesmo Deleuze (1988) o admitiu, embora também tenha dito que Foucault possuía um pensamento “sísmico”. Outros, tão próximos de Foucault quanto Daniel Defert (2014), assinalaram que somente o desconhecimento das relações tensas de Foucault com Pierre Nora, seu editor na Gallimard, poderiam ter levado a afirmações tão descabidas. Segundo o companheiro, Foucault não estaria “bloqueado” em sua criação, e sim desejava adiar ao máximo a entrega à editora, à qual estava preso por contrato, dos demais volumes de *História da Sexualidade*. Já Frédéric Gros (2004), na seção “Situação do curso” de *A hermenêutica do sujeito*, estende-se sobre o desinteresse de Foucault pelo problema da sexualidade e a emergência de um enorme apego ao tema do “cuidado de si”, circunstância que o teria levado a sucessivos rearranjos dos volumes da *História da Sexualidade*⁴. Talvez em função do contrato com a Gallimard, que o atava a tal série, o terceiro volume,

⁴ A recente publicação (póstuma) de *Les aveux de la chair* (Foucault, 2018) é um novo episódio desta série.

embora tenha por título *O cuidado de si*, só apresenta duas pequenas seções dedicadas aos exercícios éticos na Antiguidade greco-romana (“A cultura de si” e “O eu e os outros”).

Se as considerações do parágrafo anterior buscam exemplificar a importância da constituição de séries documentais para evitar conclusões apressadas acerca dos percursos de Foucault, conforme ressaltamos antes, com apoio em Hoffman (2015), cumpre identificar, com vistas a nosso primeiro objetivo de pesquisa, qual a aula de *Do governo dos vivos* em que as considerações metodológicas ganham relevo especial. Trata-se, nesse caso, da aula de 30 de janeiro de 1980, em que Foucault irá a propor o exercício de uma “anarqueologia”, que, no momento, sintetizamos através de uma única afirmação do filósofo: “Não é a crítica das representações, em termos de verdade ou erro, em termos de verdade ou falsidade, em termos de ideologia ou de ciência, de racionalidade ou irracionalidade que deve servir de indicador para definir a legitimidade do poder ou para denunciar sua ilegitimidade. É o movimento para se desprender do poder que deve servir de revelador para as transformações do sujeito e para as relações que ele tem com a verdade” (Foucault, 2014: 71).

Foucault, efetivamente, ‘faz o caminho ao andar’. Se em 1976, no curso *Em defesa da sociedade*, conforme mencionamos, ele definira sua prática metodológica como acoplamento entre documentos eruditos (mas nunca lidos) e saber das pessoas (sempre desqualificados), agora, em nova inflexão, recorre a *Contra o método*, de Paul Feyerabend — edição norte-americana original de 1975, lançado na França em 1979 —, para aproximar-se de um anarquismo acerca do qual não experimenta temores: “Vocês me dirão: pronto, é a anarquia, é o anarquismo. A que responderei: não vejo muito bem porque a palavra ‘anarquia’ ou ‘anarquismo’ seria tão pejorativa...” (Foucault, 2014: 72). Porém o filósofo não deixa de assinalar diferenças, ao pontuar: a não aceitabilidade do poder, na prática

da anarqueologia, não se situa ao fim de um processo de destruição de toda relação de poder, como se costuma conceber politicamente a anarquia, “mas no início do trabalho, na forma de um questionamento de todos os modos segundo os quais se aceita efetivamente o poder”. Na anarqueologia, acrescenta ele, nenhum poder, qualquer que seja, “é de pleno direito aceitável e [...] absoluta e definitivamente inevitável” (Foucault, 2014: 72).

Mera reativação das “pesquisas-intolerância” como definidas nas investigações do GIP? Efeito tardio do contato com os grupos anarquistas que o acompanharam em sua última estada no Brasil, enquanto outros profissionais e acadêmicos eventualmente dele fugiam, temerosos quanto à repressão política da ditadura? (Rodrigues, 2016) Ressonância das idas constantes aos Estados Unidos, onde se encantara com comunidades de diversas tendências — culturais, alimentares, subjetivantes —, principalmente na Califórnia? Ou mesmo consequência da eventual decepção com a revolução iraniana, que parecera vir de um povo ou plebe (anárquicos), mas já se encaminhara ao controle, por líderes religiosos, de uma população? São essas algumas das perguntas que atualmente propomos — relativas à singularidade e às condições das inflexões teórico-metodológicas de Foucault —, e que se somam a outras, vinculadas ao efeito que tais inflexões possuem sobre a prática política do filósofo em diversos campos de luta. Nesse sentido, cumpre assinalar que a aleturgia (ato de verdade, de caráter ético), ao ganhar predominância sobre a epistemologia (verdade do ato, de caráter estrutural), parece conduzir ao cuidado de si como prática de liberdade, ou melhor, à política entendida como uma ética (modo de vida) e não como uma consagração governamental.

Finalizando este exercício-piloto, e igualmente este breve artigo, lembramos ainda que dois anos antes do curso *Do governo dos vivos*, Foucault pronunciara, na Sociedade Francesa de Filosofia, a conferência

“O que é a crítica?” (Foucault, 2000), na qual uma certa leitura de Kant tem posição de destaque e serve de ancoragem para uma rigorosa discussão de método. Também seria necessário entender, portanto, essa guinada, em dois anos, da filosofia crítica ao anarquismo, bem como o retorno a Kant em um ou dois anos mais, tanto em aula de curso (Foucault, 2011b) quanto em texto publicado nos Estados Unidos (Foucault, 2005). Aprender os nexos de Foucault com Kant — presentes, por sinal, desde a tese complementar do primeiro, datada de 1961 — não é tarefa simples, mas talvez seja um outro (des)caminho incontornável de nossa atual investigação, que igualmente “faz o caminho ao andar”.

Referências bibliográficas:

- ARTIÈRES, P.; QUÉRO, L. e ZANCARINI-FOURNEL, M. (orgs.) (2003). **Le Groupe d'Information sur les Prisons. Archives d'une lute.** Paris: IMEC.
- BECKER, H.(1994). **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec.
- BERT, J.-F. e LAMY, J. (dirs.) (2014). **Michel Foucault. Un héritage critique.** Paris: CNRS.
- BOQUET, D; DUFAL, B. e LABEY, P. (dirs.) (2013). **Une histoire au présent. Les historiens et Michel Foucault.** Paris: CNRS.
- DEFERT, D. (2014). **Une vie politique.** Paris: Seuil.
- DELEUZE, G.(1988). **Foucault.** Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense.
- ERIBON, D.(1996). **Michel Foucault e seus contemporâneos.** Tradução e Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, M.(1987). **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ____ (1994). **Dits et Écrits.** 4 vols. Paris: Gallimard.
- ____ (1999). **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (2000). O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung). **Cadernos da F.F.C.** Marília, UNESP, v.9, n.1.
- ____ (2004). **A hermenêutica do sujeito.** Tradução de Marcio A. Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (2005) O que são as luzes? In: **Ditos e Escritos II — Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ____ (2008a) **Segurança, território, população.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (2008b) **Nascimento da Biopolítica.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (2011a) **A coragem da verdade.** Tradução de Eduardo Brandão São Paulo: Martins Fontes.
- ____ (2011b). O que são as luzes? In: **Ditos e Escritos VII — Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina.** Rio de Janeiro: Forense

Universitária.

____ (2014). **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes.

____ (2018) **Les aveux de la chair**. Paris: Gallimard.

FOUCAULT, M. & DELEUZE, G. (1979). Os intelectuais e o poder. In: Michel Foucault. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

GIP (Groupe d'Information sur les Prisons) (2013). **Intolérable**. Paris: Verticales.

GROS, F. (2004). Situação do curso. In: Michel Foucault. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes.

HOFFMAN, M. (2015). **Foucault and power. The influence of political engagement on theories of power**. New York: Bloomsbury.

OULC'HEN, H. (dir.) (2014). **Usages de Foucault**. Paris: PUF.

RODRIGUES, H.B.C. (2016). **Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil. Presença, efeitos, ressonâncias**. Rio de Janeiro: Lamparina.

VIEIRA, P.P. (2015). **A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios/Fapesp.